

# Difícil contentamento

Setores dominantes protestam contra medidas do governo

Lia Furtado

*Quem tentar acompanhar, nos últimos tempos, as decisões do governo na área econômica, poderá imaginar que reina a anarquia no planejamento. Na área da agricultura, por exemplo, parece haver uma briga de foice sobre quem decide o quê. Para notar isto basta acompanhar o que aconteceu entre os dias 13 e 17 de agosto:*

**13 de agosto** — O Banco Central anuncia medidas de restrição ao crédito rural, que prejudicariam os grandes produtores, aqueles cuja produção em 1980 superou os Cr\$ 8 milhões. Estes teriam que buscar empréstimos de preferência nos bancos privados, já que o Banco do Brasil atenderia prioritariamente os mini e pequenos produtores, eliminando as chamadas "contas em aberto".

## Stábile protesta contra a decisão de Langoni, do BC

**14 de agosto** — Amauri Stábile, ministro da Agricultura, protesta contra a decisão de Langoni, presidente do Banco Central. E, sofrendo pressões de políticos do PDS, principalmente do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais (onde estão os maiores tomadores de empréstimos), inicia uma romaria pelas autoridades monetárias na tentativa de revogar as restrições creditícias. Os pedessistas ameaçam colocar nas ruas os médios e grandes produtores atingidos, com seus tratores.

**17 de agosto** — Os diversos setores do governo chegam a um acordo, e elevam o teto máximo para o acesso ao financiamento para Cr\$ 12 milhões e, por fim, para Cr\$ 16 milhões, o dobro do limite anunciado quatro dias antes.

Desentendimentos como o narrado acima têm se tornado comuns entre os membros do governo e os diversos setores das classes dominantes. A crise econômica exige cortes nos subsídios e incentivos e ninguém quer ceder os privilégios tidos como direitos irrevogáveis. Entretanto, o governo está determinado a eliminar, embora gradualmente, os subsídios à agricultura, apontados como os maiores responsáveis pela inflação. Afinal, o que se discute é a origem e o destino de 650 bilhões de cruzeiros para o custeio da próxima safra, quantia que tem embutidos aproximadamente 50% de subsídios.

Falta caixa ao governo, que precisa emitir ainda mais dinheiro se quiser manter as "contas em aberto". A alternativa escolhida é passar parte da clientela do crédito para os bancos privados, que têm expedientes para cobrar juros superiores aos permitidos (enquanto o Banco do Brasil cobra juros negativos, de 45%, a taxa de mercado está em torno de 120%). Por isso chiam os grandes proprietários. Descontentes estão também os fabricantes e vendedores de insumos



Delfim Netto



Amaury Stábile



Ernâni Gâlveas

agrícolas (em sua maioria multinacionais, chamadas de "agribusiness").

A necessidade de equilibrar a balança comercial está levando o governo a medidas de redução das importações, onde é significativo o peso dos fertilizantes e implementos agrícolas. Pesquisa feita pelo economista Guilherme Delgado, da Unicamp, revela que, em 1965, para cada dólar que a agricultura brasileira consumia de produtos importados, ela exportava 8 dólares. Em 1980, essa relação baixou verticalmente: para cada dólar de insumos estrangeiros, apenas 2 dólares de produtos agrícolas exportados. Isso demonstra como a modernização do campo está servindo mais ao "agribusiness" do que à economia brasileira. E, mesmo que os grandes proprietários reduzam suas compras de insumos, resta a extensa faixa dos pequenos e médios (cerca de 1 milhão que recorrem ao crédito), cada vez mais obrigada a se tecnicizar pela concorrência interna e externa. E a estes está difícil ao governo negar ajuda, já que são quem produz a maior parte dos gêneros alimentícios, e não contam com recursos próprios para financiar a produção.

## A recessão periga chegar à agropecuária

Se, por um lado, os cortes de subsídios prejudicam os grandes proprietários e especuladores de terras com recursos públicos, eles beneficiam os bancos. Estes vêm reivindicando há tempos a extinção dos subsídios à agricultura, desejosos de abranger esta larga fatia do crédito, principalmente agora que a indústria e comércio, em recessão, não estão utilizando todos os recursos disponíveis nos caixas dos bancos. Mas quem assegura que o campo pagará os altos juros? A recessão também periga chegar à agropecuária. O valor dos principais produtos agrícolas tem aumentado menos que a inflação nos últimos 12 meses; o governo só está oferecendo preços mínimos compensadores ao arroz e ao milho. Analistas da Fundação Getúlio Vargas prevêm uma redução inevitável da demanda de crédito, subsidiado ou não. Talvez por isso Delfim tenha assegurado que, apesar das recentes medidas, "ninguém ficará sem crédito".

## PESQUISAS

# Manipulando opiniões

Comprova Thiollent, prof. de sociologia da Unicamp

Octávio Senna

bre as greves, de modo a obter apenas 17% de opções inequivocas pela greve como forma de luta, e com 21% de "não apoio às greves". A maioria (55%) nesta pesquisa, opta por "acompanhar a decisão", o que deixa a entender que a maioria tem atitude reservada e manipulável pela "minoria".

A conclusão do prof. Thiollent é justamente oposta: a de que os 17% devem ser somados aos 55% que optaram por seguir as decisões coletivas, de modo que a esmagadora maioria (72%) apoia greves em geral. Ele conclui também que "para um agente ideológico que gosta de afirmar que os trabalhadores se acham prejudicados pela greve, os resultados de uma pesquisa de opinião, por ele encorajada, tendem a aumentar o poder de convicção e persuasão".

Embora as recentes pesquisas venham embrulhadas num moderno instrumental analítico, o prof. Thiollent mostra também que, no caso específico da manipulação das opiniões dos trabalhadores com relação às greves, não é nova: "nota-se que, como argumento antigreve, não é nova a idéia segundo a qual as greves dão prejuízos ou impõem sacrifícios aos trabalhadores. Não se trata de pôr em dúvida seu fundo de verdade, mas sim sua utilização, precisamente como argumento antigreve. Esta idéia tem a idade do próprio capitalismo e já foi criticada por Karl Marx (em *O sindicalismo*): 'todas as objeções dos economistas burgueses são exatas, mas unicamente do seu próprio ponto de vista, e os operários têm razão de fazer troça dos conselheiros burgueses, tão astutos, que apresentam contas sobre o que essa guerra civil lhes custa, em mortos, feridos e sacrifícios financeiros. Quem quiser vencer seu adversário não discute com ele as despesas da guerra'".

Os tempos mudaram, "prossegue o prof. Thiollent," mas ainda hoje a ênfase dada aos prejuízos que as greves dão aos trabalhadores faz parte de uma operação de descrédito organizada por aqueles que têm interesse na perpetuação da situação de dominação vigente".